

Lukács: porque uma ontologia no século XX?¹

Sergio Lessa - Prof. Departamento de Filosofia da UFAL e membro das editorias das revistas *Crítica Marxista* e *Praxis*.

O que particulariza a leitura lukácsiana de Marx é sua proposta de tomá-lo como o fundador de uma nova concepção ontológica do mundo dos homens. Tanto os que, de algum modo, se identificam com esta leitura, como aqueles que a consideram um equívoco, coincidem em um aspecto: ainda que a evolução teórica do pensador húngaro o tenha conduzido por fases bastantes diferenciadas, o referencial ontológico de suas últimas obras é decisivo para a avaliação do conjunto de sua obra.

Propor uma ontologia no século XX pode parecer de um anacronismo, ou de uma ingenuidade, colossal. Não teria toda a evolução do pensamento, desde a Idade Média até as últimas correntes filosóficas do século que agora se encerra, demonstrado definitivamente que a ontologia nada mais passa de uma vã tentativa de fixar em categorias não-históricas a efemeridade essencial da existência humana? Desde Descartes até Merleau-Ponty, desde Bacon até Popper, desde Kant até Husserl e de Schelling a Heidegger, não estaria, por todos os aspectos, exaurida toda e qualquer possibilidade da ontologia? Que outra ontologia seria hoje possível senão a velha e carcomida metafísica que insiste em dissociar Ser e Existência para assim salvar a figura de Deus?

Foi esta, se acreditarmos em Agnes Heller, a reação de Habermas ao saber do empenho ontológico do último Lukács. Foi esta, também, a reação mais comum dos pensadores europeus, de esquerda ou não, que tiveram contato a *Ontologia*². E, por fim, tem sido esta reação adversa que predomina no público em geral em se tratando dos textos póstumos do filósofo húngaro.³

¹ Publicado em Boito, A., Toledo, C. *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*, pp. 159-171. Ed. Xamã, São Paulo, 2000.

² A *Ontologia* é dividida em duas partes. Os *Prolegômenos (Prolegomeni all'Ontologia dell'Essere Sociale*, Guerini e Associati, Nápoles, 1990) e *Para uma Ontologia (Per una Ontologia dell'Essere Sociale*, ed. Riuniti, Roma, 1976-81). Esta última possui dois volumes, o primeiro, muitas vezes chamado de parte histórica, faz um balanço da discussão ontológica. É onde temos os capítulos referentes a Marx, Hegel, Positivismo, etc. E no segundo volume temos os quatro capítulos que compõem a parte sistemática (Trabalho, Reprodução, Ideologia e Estranhamento).

³ Acerca dessa "má vontade" que rondou a publicação da *Ontologia* na Europa, Nicolas Tertulian produziu um texto memorável, entre nós publicado em *Crítica Marxista* n. 3, que sumaria com a sua tradicional competência este debate.

Talvez, contudo, as coisas não sejam exatamente deste modo. Se Lukács estiver correto, nem a ontologia tem como sua única possibilidade o horizonte metafísico tradicional, nem, por outro lado, é possível a constituição de qualquer concepção de mundo autenticamente revolucionária sem que resolvamos algumas das questões ontológicas mais tradicionais, entre elas e acima de tudo, a questão da essência humana.

De fato, se há um argumento utilizado com sucesso pela ideologia burguesa -- com tal sucesso que é estruturante do "senso comum" contemporâneo -- é a idéia de que os homens seriam essencialmente egoístas, mesquinhos e concorrenciais porque, em última análise, seríamos por essência proprietários privados.

Esta concepção (somos essencialmente proprietários privados e por isso incapazes de uma existência social que não a marcada pela mesquinha e pela concorrência do português de *O Cortiço*) seria, segundo Lukács, o reflexo ideológico de uma sociabilidade na qual os homens apenas aparecem nas relações sociais enquanto mascarados de representantes das mercadorias, de tal modo que suas vontades se transformam nas vontades das relações coisificadas de mercado. Tal "máscara" de "possuidores de mercadorias" atua nos dois sentidos: não apenas vela, aos olhos de quem a usa, o caráter humano das relações sociais, como ainda impede que os outros percebam a humanidade que se esconde por trás da máscara. Diferente da máscara teatral, que apenas indica ao espectador o personagem que está em cena -- a "máscara" mercadoria faz com que o capital se converta no espelho do próprio homem, em todas as dimensões de sua existência. O indivíduo apenas consegue enxergar a si próprio, enquanto personalidade singular, na sua relação com a mercadoria; ele só enxerga a sociedade como uma arena de disputa das riquezas materiais e, ainda, não consegue perceber no outro indivíduo com o qual entra em contato na vida cotidiana muito mais que um concorrente e um limite para sua própria acumulação de capital.⁴

Mergulhados nesta existência que converte em mercadoria até mesmo as necessidades mais íntimas e pessoais dos indivíduos, ganha terreno e se consolida na praxis social a concepção segundo a qual somos essencialmente egoístas porque naturalmente proprietários privados. Somos antes representantes das mercadorias, para apenas então podermos ser seus possuidores: é a mercadoria que se apossou do mundo dos homens, e não os homens que dela se apropriaram. Ser proprietário privado

⁴ Marx, K. *Das Kapital*, Dietz Verlag, 1975, pp. 99-101.

nada mais significa que entregar as nossas vidas à mercadoria.⁵ É à essa forma de existência que corresponde à concepção segundo a qual os seres humanos seriam, por essência, incapazes de qualquer outra relação senão aquela concorrencial, marcada pela propriedade privada.

É conhecida a artimanha ideológica aqui utilizada pela burguesia: generaliza as condições de existência historicamente peculiares ao modo de produção capitalista convertendo-as em forma universal da existência humana. Ser burguês se transforma, por esse meio, em determinação essencial do ser humano. O desenvolvimento histórico adquire, por esta artimanha, uma teleologia precisa: a história consiste na explicitação cada vez mais nítida, através das formações sociais que se sucedem ao longo do tempo, da dimensão essencial do ser humano consubstanciada pela forma burguesa de propriedade, pela universalidade das relações mercantis. A limitada essência do modo burguês de ser é elevada à essência universal do ser humano.

Como contrapartida desta operação ideológica, a história termina por adquirir um limite insuperável: se o desenvolvimento histórico nada mais é senão a realização cada vez mais acabada desta essência imutável, quando atingirmos a sociabilidade do capital a história não mais poderia seguir adiante. Móvel da história nas sociedades pré-capitalistas, a essência burguesa do homem se converteria no maior obstáculo ao prosseguimento dessa mesma processualidade histórica uma vez tendo sido atingido o capitalismo maduro. Se esta concepção tem em Hegel sua expressão melhor acabada; não menos verdade é que, já antes dele, pensadores como Locke, Hobbes e Rousseau exibiram elementos decisivos deste movimento (a concepção de "natureza humana", por exemplo) e, também não menos verdadeiro é que, após a constituição da burguesia em classe dominante, o tema da "natureza humana" como justificação do *status quo* retorna com freqüência, com roupagens não raramente irracionais ou religiosas.

Se há, de fato, uma "natureza" essencial ao homem, "natureza" esta que se impõe à humanidade como uma fatalidade que não pode ser superada, cabe perguntar: de onde vem esta essência? Qual seu fundamento? A resposta, em última análise, não pode senão ser a afirmação da transcendentalidade do seu fundamento. Pois, apenas uma essência imposta aos homens por uma dimensão transcendente pode permanecer intocável pelo desenvolvimento histórico dos próprios homens.⁶ Em poucas palavras,

⁵ *Idem*, pp.99-100.

⁶ Se esta transcendentalidade assume a forma de um Deus onipotente segundo a tradição cristã ocidental, de uma esfera racional transcendental como em Kant e o

a a-historicidade da essência requer, de forma absoluta, a transcendentalidade de seu fundamento último.

Também aqui a concepção burguesa de mundo mostra a sua completa incompatibilidade com o pensamento marxiano, para o qual a essência dos homens é o "conjunto de suas relações sociais"⁷. Alterado este conjunto, do mesmo modo seria alterada a essência humana. Se a essência é incorporada como uma das dimensões do processo histórico --- "o conjunto das ... relações sociais" --, não mais pode ela cumprir a função de limite ao desenvolvimento histórico. Se a essência humana é o "conjunto" -- construído pelos próprios homens -- "das ... relações sociais", os únicos limites ao desenvolvimento humano seriam aqueles auto-impostos pela humanidade. Não há, assim, qualquer "fim" da história e a revolução se converte em uma possibilidade ontológica (o que não necessariamente significa sua realização prática imediata ou sua inevitabilidade).

É este o nódulo fundamental das investigações ontológicas do último Lukács: recuperar o pensamento marxiano como uma proposta revolucionária absolutamente incompatível com o mundo burguês -- acima de tudo porque, ao contrário do que afirma a ideologia dominante, a essência humana é aquilo que os homens a fazem. Se hoje somos burgueses por essência, já que desdobramos um conjunto de relações sociais que tem na mercadoria sua determinação mais profunda, a revolução poderá alterar radicalmente esta situação tornando a essência burguesa do homem absolutamente incompatível com as relações sociais emancipadas.

Em havendo um eixo que articula todas as linhas do volumoso texto da *Ontologia*, certamente será este: ao contrário do que reza o pensamento burguês-conservador, a essência humana é absolutamente social (isto é, feita pelos homens) e histórica (isto é, resultante da processualidade histórica), podendo portanto ser radicalmente alterada por uma ruptura histórica significativa. A essência humana não é imposta aos homens por Deus, ou por qualquer outra instância mágica: ela nada mais é que a substância social do conjunto das relações que os homens estabelecem entre si ao longo da história. Em poucas palavras: não há limites ao desenvolvimento histórico senão aqueles limites que os próprios homens construíram e que, portanto, potencialmente podem ser por eles alterados ou permanentemente

último Habermas, de um *Geist* hegeliano ou, ainda, de concepções mágico-animistas de excrescências contemporâneas como Paulo Coelho, em nada altera a questão.

⁷ "... das menschliche Wesen ist ... das Ensemble der gesellschaftlichen Verhältnisse." Marx, K. *Thesen über Feuerbach, in Die Frühschriften*, Kroner Verlag, Stuttgart, 1971, p. 340.

removidos da histórica. Se pensarmos no que ocorreu com as relações escravistas da Idade Antiga, teremos plasticamente um exemplo do que nos referimos aqui.

Há, contudo, que se demonstrar historicamente como isto se deu. Deve-se demonstrar como a essência burguesa dos homens é nada mais nada menos que um produto da história dos próprios homens. Há que se demonstrar como a historicidade é uma determinação da essência para que tenha solidez a rejeição da hipótese conservadora segundo a qual é a essência o fundante a história. Ou seja, é necessário que sejam demonstradas as conexões ontológicas mais gerais cujo desdobramento resultaram no atual patamar histórico da existência (e da essência) humana. É também para demonstrar como Marx concebeu estas conexões ontológicas mais gerais que Lukács escreveu a *Ontologia*. Vamos sucintamente aos seus elementos mais fundamentais.

Trabalho e Reprodução

Lukács inicia os capítulos sistemáticos da *Ontologia* com uma afirmação a qual, muitas vezes, não se confere a devida importância: "Nenhuma destas categorias [ele se refere ao trabalho, linguagem, cooperação e divisão do trabalho] podem ser compreendidas adequadamente quando se as considera isoladas", e completa poucas páginas adiante: "É necessário /.../ não se esquecer jamais que, considerando assim isoladamente o trabalho, se realiza uma abstração". Uma vez mais, na primeira linha do capítulo "A Reprodução", nosso autor volta a relembrar que "analisando o trabalho enquanto tal realizamos uma abstração bastante ampla"⁸.

Em outras palavras, o trabalho, enquanto categoria fundante do ser social, enquanto "protoforma da praxis social", apenas pode existir enquanto parte (fundante) de um complexo social mais global -- a reprodução social. Não há, para Lukács, qualquer possibilidade de o trabalho existir fora da sociedade, de ser cronologicamente anterior à totalidade social. Ser "fundante", para Lukács, não significa ser "anterior", vir antes, ou, ainda, possuir um fundamento que não seja a própria processualidade da qual o trabalho é a categoria fundante. Pelo

⁸ *Per una Ontologia* ... p. 11, 14 e 135, respectivamente. Um pouco antes, no mesmo texto, em uma curta consideração metodológica, Lukács faz referência explícita ao "método das duas vias", às abstrações isoladoras que buscam os "elementos simples", no caminho de ida, e a síntese dos elementos simples em totalidade, no "caminho de volta" (p. 11-13). O sentido do termo "abstração" nestas passagens, é exatamente este: a operação de busca dos "elementos simples" no caminho de ida.

contrário, não pode haver trabalho sem a "linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho"⁹; pois, se não houver linguagem, não pode haver conceitos e, sem estes, não há pensamentos e nem qualquer teleologia. Por outro lado, sem as relações sociais, como pode haver a linguagem? E, por fim, sem o trabalho não poderia haver nem as relações sociais nem sequer a linguagem!¹⁰

Em poucas palavras, a gênese do ser social consubstancia o aparecimento de um novo complexo ontológico, cuja forma mais simples¹¹ terá que conter, no mínimo, as categorias do trabalho, sociabilidade e linguagem. Significa a gênese de uma nova esfera de ser, na qual as leis das processualidades naturais não mais jogarão qualquer papel predominante. Se, na natureza, o desenvolvimento da vida é o desenvolvimento das espécies biológicas, no mundo dos homens a história é o desenvolvimento das relações sociais -- ou seja, um desenvolvimento social que se dá na presença da mesma base genética. O que determina o desenvolvimento do homem enquanto tal não é sua porção natural-biológica (ser um animal que necessita da reprodução biológica), mas sim a qualidade das relações sociais que ele desdobra. Se é verdade, por um lado, que as barreiras naturais (a necessidade da reprodução biológica) jamais podem ser abolidas, não menos verdadeiro é que elas são cada vez mais "afastadas", de modo que, na história dos homens exercem uma influência cada vez menor, ainda que sempre presente. Basta pensarmos na transição do feudalismo ao capitalismo, ou em qualquer evento histórico mais importante, para termos uma idéia clara do que aqui nos referimos: não é possível explicá-los a partir das determinações biológicas dos homens.

É no interior deste novo complexo que o trabalho exerce sua função fundante.

O caráter fundante do trabalho para o mundo dos homens possui, em Lukács, dois traços decisivos: primeiro, é a categoria que opera a mediação, "eternamente

⁹ Op.cit. p. 11.

¹⁰ Esta é uma típica questão na qual a lógica formal revela o seu limite para tratar da questão ontológica. Se logicamente temos aqui um paradoxo (a existência do trabalho requer a presença de outros complexos por ele fundados), ontologicamente nada mais temos que um processo de salto de uma forma mais primitiva para outra mais desenvolvida de ser. Não poderemos, contudo, tratar deste aspecto aqui. Cf. Lessa, S. *Trabalho e Ser Social* (EDUFAL, 1977) e *A Ontologia de Lukács* (EDUFAL, 1996).

¹¹ A determinação de como, historicamente, se deu este salto do social para fora da natureza, quais suas mediações historicamente concretas e, portanto, de como foram as suas formas mais simples, é algo que apenas pode ser determinado pela antropologia, arqueologia, etc., enfim, pelas ciências particulares, jamais pela ontologia.

necessária"¹², do homem com a natureza. É ele a categoria na qual se opera a atividade fundamental de toda existência social, qual seja, a produção dos bens materiais necessários à reprodução social. E, segundo, o trabalho sempre produz objetiva e subjetivamente algo "novo", pelo qual a história humana se consubstancia como um longo e contraditório processo de desenvolvimento das "capacidades humanas". Desse modo, de forma cada vez mais eficiente, pode o ser social transformar o meio nos produtos materiais necessários à sua reprodução.

Em outras palavras, ao transformar a natureza, o indivíduo e a sociedade também se transformam. A construção de uma lança possibilita que, no plano da reprodução do indivíduo, este acumule conhecimentos e habilidades que não possuía antes; ou seja, após a lança, o indivíduo já não é mais o mesmo de antes. Analogamente, uma sociedade que conhece a lança possui possibilidades e necessidades que não possuía antes; ela também já não é mais a mesma após construir a lança. Em suma, todo processo de trabalho cria, necessariamente, uma nova situação sócio-histórica, de tal modo que os indivíduos nela existentes são forçados a novas respostas que devem dar conta da satisfação das novas necessidades a partir das novas possibilidades. Por isso a história humana jamais se repete: a reprodução social é sempre e necessariamente a produção do novo.¹³

É este processo de produção do novo que revela um dos traços ontologicamente mais marcantes do trabalho: ele sempre remete para além de si próprio. A transformação da natureza pelo trabalho produz uma série de conseqüências históricas que de modo algum poderiam estar diretamente contidas na posição teológica e no processo imediato de sua objetivação enquanto ato particular de trabalho. Ao fazer a lança, o indivíduo também transforma a si próprio e à sociedade -- com um conteúdo e direção que vão para muito além do ato imediato de construção do machado. É neste sentido que, para Lukács, todo ato de trabalho remete necessariamente ao desenvolvimento das "capacidades humanas"¹⁴ para produzir

¹² Marx, K. *O Capital*, Ed. Abril, 1983, vol. I, p. 153. *Das Kapital*, op. cit., pg. 198. Lukács, *Per una Ontologia ...*, vol. II, pp. 13, 125-6, 251, 382-4, 610, entre outras.

¹³ Não queremos sugerir que esta incessante produção do novo não exiba linhas de continuidade às quais, não raramente, são predominantes nos processos sociais.

¹⁴ NO filme *2001 Uma Odisseia no Espaço*, de Stanley Kubrick, há uma cena em que este traço ontológico da processualidade social é representado plasticamente: quando o primata pega um pedaço de osso e começa a utilizá-lo como porrete para estraçalhar o esqueleto de onde foi retirado. A cena se prolonga até que um estilhaço de osso voa pelo céu e se transforma numa nave no espaço. O homem que primeiro utilizou um porrete estava de fato -- mas não tinha como saber, então --

os bens materiais necessários à sua reprodução. Este desenvolvimento das capacidades humanas, por sua vez, possui dois pólos distintos, ainda que rigorosamente articulados (são "determinações reflexivas"): o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das individualidades. A rigor, sem o desenvolvimento das forças produtivas não poderíamos ter a passagem aos modos de produção mais complexos e, concomitantemente, sem o desenvolvimento das "capacidades" dos indivíduos estes não poderiam operar as relações sociais mais desenvolvidas inerentes às novas formações sociais. Neste preciso sentido, a reprodução social desdobra, segundo Lukács, dois "pólos" indissociáveis: a reprodução das individualidades e a reprodução da totalidade social.

É esta sua determinação que o torna trabalho a categoria fundante do ser social: sendo o *locus* ontológico da criação do novo, ele remete constantemente para além de si próprio, dando origem a necessidades que, muitas vezes, requerem o desenvolvimento de complexos sociais que são em tudo heterogêneos ao trabalho e, na sua articulação, compõem o complexo categorial da reprodução social. Tomemos apenas um exemplo: o do direito.

As necessidades de uma crescente e cada vez mais complexa organização do trabalho entre os homens faz com que seja cada vez mais importante, para a própria realização do trabalho, a normatização dos comportamentos sociais. Em uma sociedade mais primitiva, anterior à gênese das classes sociais, esta regulamentação era feita através dos costumes e da tradição. Contudo, com o aparecimento das sociedades de classe e da exploração do homem pelo homem, os conflitos sociais dão um salto de qualidade: há agora uma contradição que só pode ser resolvida com a superação da sociabilidade em questão. Não há a possibilidade de superar a contradição da exploração do escravo pelo seu senhor sem o fim da sociedade escravista; não podemos eliminar a contradição entre servo e senhor feudal sem superar o próprio feudalismo e, por fim, sem a superação do capital não como se superar a exploração do trabalho pelo capital.

A presença deste novo tipo de contradição social requer o desenvolvimento de complexos sociais que atendam às novas necessidades, entre elas a de impor, pela força, o comportamento desejado pela classe dominante.

Sem retomar todos os argumentos de Marx e Engels acerca da gênese do direito -- os quais Lukács adota sem restrições -- basta assinalar que é para atender a estas

dando um passo decisivo para a conquista do espaço para a humanidade. Isto, precisamente, o sentido de o trabalho remeter para além de si próprio e, o fazendo, propiciar o desenvolvimento das "capacidades humanas". Lukács, op. cit., pp. 562-3.

necessidades que surge o Direito. Há, portanto, uma articulação ontológica básica entre o direito e o trabalho: por um lado, sem a regulamentação jurídica o trabalho não poderia se realizar sob a forma de trabalho explorado nas sociedades de classe; por outro lado, o direito surge para atender às necessidades para a realização do trabalho no contexto da exploração do homem pelo homem. Nesta medida e sentido, o fundamento último do complexo do direito se relaciona com as novas condições, postas pela reprodução social, para a realização do trabalho nas novas condições de exploração do homem pelo homem. Ao fim e ao cabo, são as novas necessidades geradas no trabalho que exercem o momento predominante na gênese e desenvolvimento do direito.

Isto, contudo, não significa que o Direito seja trabalho. Pelo contrário, a esfera do direito não pode realizar a transformação da natureza nos bens materiais indispensáveis à reprodução social. O Direito, com todos os seus elementos, é fundamental para a submissão da classe dominada e, portanto, é *conditio sine qua non* da realização do próprio trabalho do escravo, do servo ou do operário. Contudo, não é a própria produção dos bens materiais necessários à reprodução social. Isto faz com que as suas funções sociais sejam ontologicamente distintas do trabalho, ainda que necessariamente articuladas a ele no interior da reprodução social.

O mesmo pode ser dito da educação, da política, da religião, da filosofia, do serviço social, etc., desde que consideremos as diferentes mediações que operam no interior de cada um destes complexos sociais, bem como entre eles e a totalidade social.

Ideologia e Estranhamento

Para distinguir entre o trabalho e o conjunto muito amplo das praxis sociais que não operam a transformação material da natureza, Lukács denominou o primeiro de *posição telológica primária* e o segundo de *posições telológicas secundárias*.

É no interior das *posições telológicas secundárias* que encontramos o complexo da ideologia. O que a particularizaria é sua função social específica: mediar os conflitos sociais, quaisquer que sejam eles.

Sumariamente, Lukács argumenta que a transformação do real, no processo de reprodução social, requer algum conhecimento do setor do real a ser transformado. Conhecer o real, portanto, é uma exigência fundamental posta pelo próprio trabalho. Contudo, esta exigência, por um lado, jamais se apresenta de forma absoluta; de tal

modo que o conhecimento do setor específico da realidade envolvido no ato de trabalho não necessariamente requer uma concepção de mundo verdadeira. A transformação da pedra em machado pode se dar, e o conhecimento necessário para esta transformação pode estar presente, por exemplo, em uma práxis social pertencente a um indivíduo e sociedade que crêem em uma concepção animista da natureza. Uma concepção ontológica falsa pode, perfeitamente, ser compatível com o conhecimento verdadeiro, efetivo, do setor do real a ser transformado.

Por outro lado, esta exigência de conhecimento do real posta pelo trabalho exige um duplo impulso à totalização: 1) como o real é uma síntese de múltiplas determinações, o conhecimento de uma destas determinações remete, necessariamente, às relações que ela possui com as "outras determinações", de tal modo que nenhum conhecimento de nenhum setor específico da realidade se esgota em si próprio, remetendo sempre à totalidade dos complexos ao qual pertence -- e, no limite, à totalidade do existente¹⁵. 2) O segundo momento decorre da própria praxis social: como o indivíduo que adquire um dado conhecimento acerca da pedra e da madeira ao fazer o machado é o mesmo indivíduo que vai fazer a casa, construir uma enxada ou adorar aos deuses, o conhecimento da pedra e da madeira passa a ser explorado em sua capacidade de atender às necessidades postas em outros setores da praxis social. Assim, o conhecimento adquirido em uma práxis específica pode, e freqüentemente o é, remetido e utilizado em circunstâncias as mais diversas.

É por meio destas mediações mais gerais que, segundo Lukács, a praxis social dá origem a uma série de complexos sociais que têm a função social de sistematizar os conhecimentos adquiridos em uma concepção de mundo que termine por fornecer, no limite, uma razão para a existência humana. É neste contexto que se desenvolvem os complexos sociais da ciência, da filosofia, da religião, da ética, da estética, etc. Não podemos, aqui, examinar as principais determinações ontológicas de cada um destes complexos e nos limitaremos a assinalar como, e em que medida, no impulso do trabalho para além de si próprio temos a gênese de complexos sociais em tudo distintos da transformação material da natureza, ainda que surjam para atender a necessidades postas, em última instância, pelo próprio desenvolvimento do trabalho.

¹⁵ Acerca da determinação do processo gnosiológico pelas relações e categorias ontológicas do ser-precisamente-assim existente, cf. Lessa, S. "Lukács, Ontologia e Método: em busca de um(a) pesquisador(a) interessado(a)", Rev. Praia Vermelha, voll n.2, Pós-Graduação de Serviço Social, UFRJ, 1999; do mesmo autor, "O reflexo como não-ser na Ontologia de Lukács: Uma polêmica de décadas", Crítica Marxista, n. 4, 1977; e também o capítulo "Teleologia, Causalidade e Conhecimento" in *Trabalho e Ser Social*, Edufal, 1997.

É este o solo ontológico do complexo da ideologia. Todo conflito social implica, para seu desdobramento, em uma transformação das relações sociais. Para tanto, no interior dos próprios conflitos, é necessário que as posições sejam justificadas, de tal forma que uma alternativa seja reconhecida como mais válida que a outra. Em sociedades sem classes, estes conflitos podem ser resolvidos sem que se recorra à violência pura. Contudo, nas sociedades de classe, a violência passa a ser uma mediação indispensável para a própria reprodução social. Em ambos os casos a ideologia é um complexo social fundamental: sem ela nem o desenvolvimento dos conflitos, nem a utilização da violência, poderiam ocorrer, impossibilitando assim a continuidade da reprodução das sociedades de classe.

A ideologia, para Lukács, é portanto uma função social: é o conjunto das idéias das quais os homens lançam mão para interferirem nos conflitos sociais da vida cotidiana. Se as idéias são ou não reflexos corretos da realidade, se e em que medida correspondem ao real, é uma questão que em nada interfere¹⁶ no fato de exercerem uma função ontológica específica -- a função de ideologia -- na reprodução social.

Conceber a ideologia como função social e não como "falsificação do real" possibilita a Lukács superar o mito da "ciência neutra": se a ideologia fosse sempre e necessariamente a falsa consciência, a "verdadeira" consciência apenas poderia ser a ciência. Deste modo, por uma vertente absolutamente inesperada, terminaríamos na tese tipicamente burguesa da ciência como conhecimento neutro, acima das classes e dos valores, com todos os problemas que advém de tal posição.

Além do desenvolvimento de complexos sociais em tudo heterogêneos em relação ao trabalho, o impulso do trabalho para além de si próprio tem ainda um outro resultado: como não podemos controlar de forma absoluta todas as conseqüências possíveis dos atos humanos, há sempre a possibilidade de as objetivações terminarem por se constituir em obstáculos ao pleno desenvolvimento humano. Nas palavras de Lukács, toda objetivação "põe em ação séries causais"¹⁷ cujos desdobramentos futuros não podem ser previstos de modo absoluto, já que ainda não aconteceram. Ou, em

¹⁶ Fixemos, pois fundamental para a compreensão da *Ontologia*: ser ideologia não depende de ser um reflexo falso ou verdadeiro do real, mas sim de cumprir, em um dado momento histórico, a função social de ideologia. Cf. Vaisman, E. "A ideologia e sua determinação ontológica", Ensaio 17-18, Ed. Ensaio, S. Paulo, s/d.; Macedo, G. "Serviço Social e a categoria trabalho", dissertação de mestrado, UFPE, 1998, na qual há um interessante estudo da concepção lukácsiana da ideologia.

¹⁷ Lukács, G. *Per una Ontologia...*, vol. II, p. 113

outras palavras, como o presente é apenas campo de possibilidades para o desenvolvimento futuro, de tal modo que, do presente não há apenas um futuro possível, não podemos prever, a partir do presente, de forma absoluta como será o futuro. Ou, ainda, como a história não é uma processualidade teleológica, não há como termos absoluto controle do futuro a partir do presente (e, claro, do passado).

É neste *quantum de acaso* presente em toda objetivação e nas suas conseqüências que se radica a possibilidade de a humanidade produzir mediações sociais que terminarão por se constituir na própria desumanidade socialmente posta pelos homens. É este fenômeno que Lukács denomina de *Entfremdung*, geralmente traduzido entre nós por *Estranhamento* ou *Alienação*. Nada mais é que o complexo de relações sociais que, a cada momento histórico, consubstancia os obstáculos socialmente produzidos para o pleno desenvolvimento humano-genérico.

As formas historicamente concretas que assumem estes obstáculos variam enormemente, contudo sempre se relacionam ao nódulo mais essencial da reprodução das sociedades ao longo do tempo. E, portanto, a superação dos estranhamentos fundamentais de cada sociabilidade tem requerido, até hoje, a superação da própria sociabilidade. É assim que, tal como ocorreu com as relações de exploração entre os homens nos modos de produção passados, também no capitalismo a exploração do homem pelo homem requer a superação do próprio capital.

Conclusão

Com a exploração da articulação ontológica entre Trabalho, Reprodução, Ideologia e Estranhamento Lukács pretendia demonstrar como o homem é o único demiurgo de sua própria história. Ao produzir, pela transformação da natureza, o imediatamente necessário para a sua reprodução, os homens transformam, ao mesmo tempo, a si próprios enquanto indivíduos e a totalidade da sociedade à qual pertencem. Isto faz com que, diferente da natureza, no ser social o desenvolvimento seja a história das transformações dos indivíduos, das sociedades, das relações sociais -- e não mais o desenvolvimento biológico da espécie. É no interior desse desenvolvimento que se dá a gênese e o desenvolvimento da essência humana: ela é agora parte da história, surge, se desenvolve e desaparecerá com a própria história dos homens.

Com isto, estaria demonstrada a validade da tese marxiana segundo a qual a essência humana é tão histórica como qualquer outra dimensão do mundo dos homens e que, portanto, não tem qualquer validade as concepções que propõem uma dimensão essencial como o limite insuperável da existência humana. Estaria, assim, demonstrada a possibilidade ontológica da revolução para além do capital: o argumento de que a sociabilidade do capital seria insuperável por constituir a melhor expressão possível da ineliminável determinação burguesa da essência humana é superado pela demonstração de que o homem constrói a sua própria essência e que, por isso, hoje somos essencialmente burgueses porque assim nos fizemos -- e, do mesmo modo, poderemos nos fazer essencialmente não-burgueses no futuro.

Neste sentido preciso, a essência humana não pode jamais se converter em um obstáculo ao pleno desenvolvimento dos homens: se ela é um construto humano, nada, senão os próprios homens, poderá impedi-los de modificá-la radicalmente. É por isso que a revolução socialista, que supere o capital, é ontologicamente possível -- e, do mesmo modo, é por isso que a tese burguesa da insuperabilidade do capital porque seria ele a expressão melhor acabada da essência humana é absolutamente falsa. Demonstrar a possibilidade ontológica da revolução e desvelar a falsidade das teses burguesas contra-revolucionárias: em poucas palavras esta é o móvel decisivo que levou Lukács a se voltar à ontologia em pleno século XX. E teria que ser uma ontologia, pois esses problemas são tipicamente ontológicos.

Antes de terminarmos, duas observações, uma de caráter positivo, outra, negativo. Para conceber a essência como uma categoria histórica, Marx, segundo Lukács, superou todo o tratamento dado a esta categoria pelas ontologias anteriores, Hegel incluso. Diferente do que foi realizado da Grécia até Hegel, que distinguiam a essência do fenômeno por ser a primeira portadora de um *quantum* de ser maior que o segundo, Marx teria feito esta distinção afirmando que a essência é portadora de um *quantum* maior de continuidade que o fenomênico. Não sendo a essência o ser por excelência, perde ela a possibilidade de ser a finalidade intrínseca do desenvolvimento ontológico, superando-se desta forma toda e qualquer possibilidade de uma concepção ontológica teleológica. Esta é uma dos momentos mais geniais da *Ontologia*, até hoje ainda em larga medida inexplorado.

A segunda observação, negativa, se refere aos problemas que podem ser encontrados no interior da *Ontologia*. Ainda que as críticas iniciais de Agnes Heller e Ferenc Feher tenham sido *in totum* rechaçadas pela análise mais cuidadosa do texto lukácsiano, não restam hoje dúvidas que há problemas significativos que não podem ser explicados apenas pelo fato de o texto não ter recebido sua redação

definitiva. Dada a limitação de tempo para uma exposição em um colóquio como o nosso, não posso tratar destas duas observações com o devido cuidado, mas não gostaria de encerrar sem ao menos mencioná-las.

Em fim: demonstrado o caráter histórico da essência humana, temos afirmada a possibilidade ontológica da revolução comunista. Possibilidade ontológica que não significa nem inevitabilidade histórica, nem sequer que não reste ainda um longo caminho a ser trilhado. Pois, como Lukács mesmo afirmou, a *Ontologia* não passa de um esforço preparatório, uma limpada de terreno, para a indispensável elaboração de *O Capital*; contudo nos parece ser a investigação lukácsiana um arma indispensável para travarmos alguns dos mais importantes debates teórico-ideológicos dos nossos dias.